

Ataques da Igreja e do Judiciário

LUIZ ORLANDO CARNEIRO,
NICOLAU FARAH E
HELAYNE BOAVENTURA

BRASÍLIA — O almoço oferecido pela direção da Rede Globo ao presidente Fernando Henrique Cardoso, com a presença de atores e autores da novela *Laços de família*, teve repercussão negativa no Superior Tribunal de Justiça (STJ), que está para decidir — em despacho do ministro-relator Paulo Gallotti — as liminares da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e outras associações estaduais tentando sustar os efeitos da portaria do Ministério da Justiça que estabeleceu horários para a exibição de novelas e outros programas de televisão.

O ministro Paulo Gallotti só tornará público o seu despacho a partir de segunda-feira, porque quer estudar o assunto com calma neste fim de semana. Mas um outro ministro do tribunal — expressando, segundo ele, a opinião dominante — considerou sem precedente o fato de um chefe de governo aceitar convite da maior rede de televisão do país, para tratar de um assunto *sub judice* em que a empresa tem interesse direto e evidente.

Para o mesmo ministro, o *lobby* da Rede Globo (que constitui com seus associados a maioria dos membros da Abert) ficou patente com a presença, no almoço, do ministro da Justiça, José Gregori, que teria dito, depois do encontro, haver possibilidade de rever a portaria que ele mesmo assinou, no dia 8 de setembro.

O encontro do presidente com os artistas também foi alvo de críticas da Igreja Católica. O presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Jayme Henrique Chermello, disse que, se fosse convidado para o evento, não iria — “até porque aquele não é o meu ambiente” —, e emendou: “Só espero que o presidente Fernando Henrique não se deixe cooptar por um prato de lentilha, como na Bíblia fez Esaú a Jacó.”

Dom Jayme, ao lado do secretário-geral da CNBB, Dom Raymundo Damasceno Assis, convocou a imprensa, ontem, para anunciar a posição da Igreja em torno de dois temas que estão em debate nacional: a programação de TV e o salário mínimo.

Na nota “Meios de Comunicação a Serviço do Bem Comum”, são criticados os programas de televisão que “insistentemente exibem imagens e temas de incentivo à violência, à erotização da infância, ao preconceito e à discriminação às culturas indígenas”. E mais adiante observa: “A televisão não pode levar para dentro dos lares o sexo explícito, o linguajar abusivo, a degradação das formas de convivência familiar e social, o estímulo à violência e ao preconceito.”

Dom Jayme está convencido de que estabelecer códigos morais e de ética para os meios de comunicação está longe de poder ser chamado de censura. “Se um dia a censura ameaçar voltar, vocês (jornalistas) vão gritar tanto, e eu vou gritar também, que ela não vai ter espaço para se instalar”, afirmou. Quanto à presença de crianças na programação das televisões, o presidente da CNBB afirmou ser tão contra quanto em relação ao trabalho infantil no campo.

Na Câmara dos Deputados, as reações à visita de Fernando Henrique foram variadas. O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, Marcos Rolim (PT-RS), considerou que Fernando Henrique deveria se encontrar com todos os envolvidos na celeuma, como as organizações de defesa dos direitos da criança e do adolescente, e não apenas com os representantes da TV Globo.

“O presidente da República deveria ser mais criterioso na sua agenda, ou então é mesmo falta do que fazer”, ironizou o deputado. “O Estado não pode ser refém de interesses privados”, completou.

Já o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), também integrante da Comissão de Direitos Humanos, considerou natural o encontro. “Esse almoço não representa problema especial. São artistas respeitados aqui e fora do país”, afirmou. Gabeira reconhece, no entanto, os “laços de poder” que unem o Executivo e a maior rede de televisão do Brasil. “A TV Globo tem peso enorme no país e seu poder está entrelaçado com o da Presidência da República”, analisa. “Mas isso não é uma descoberta que caiu de surpresa do céu azul.”

Fernando Henrique foi defendido pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). “O presidente pode ouvir as razões deles, o que não pode é decidir baseado no que eles dizem.”